

Jader diz que não cederá a pressões para deixar presidência do Senado

Ricardo Amaral

De Brasília

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), resolveu desafiar as pressões para que se afaste do cargo — “venham de onde vierem” — em nome de um entendimento no Senado, para eliminar a ameaça de paralisia legislativa, uma preocupação do governo. “Cansei de ter de responder a acusações que ninguém formaliza”, desabafou. “Agora é tudo ou nada: quem tiver o desejo de me afastar do cargo que formalize uma denúncia e assuma suas conseqüências políticas, mas não me peçam para

sair como se eu fosse culpado de alguma coisa, pois não sou”.

Jader Barbalho deu sinais de esgotamento com o noticiário envolvendo parentes, amigos, ex-assessores e até sua mulher em denúncias de desvios na Sudam. Ficou irritado também ao saber, somente ontem, que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, havia oficiado ao Ministério Público do Pará pedindo a reabertura das investigações sobre o Banpará, durante seu primeiro mandato como governador do Pará, em 1984.

Sente-se vítima de uma declaração “gratuita e injusta” do presidente Fernando Henrique Car-

doso, que disse não acobertar erros de aliados. Para o presidente do Senado, as investigações sobre a Sudam conduzidas pelo interventor José Cyrilo seriam dirigidas a pequenos projetos com objetivos políticos, deixando ao largo os casos mais graves. Chegou a comparar, na conversa com amigos, o rombo apontado na extinta Sudam, de R\$ 1,8 bilhão, a quantia semelhante que teria resultado da operação de salvamento dos bancos Marka e Finte Cindam. “Na Sudam, levaram 40 anos para fazer um prejuízo que o BC promoveu em algumas horas”, disse.

O amargurado presidente do

Senado perdeu contato com Fernando Henrique há quase duas semanas. Emissários do Planalto têm ido a seu encontro, como o líder do Governo no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), o mais dedicado bombeiro do governo. Jader reclama “o direito mínimo de ser acusado”, para poder “exercitar o legítimo direito de defesa”. Ele apresentou ontem requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, solicitando que esta estabeleça autorização prévia para que seja processado pelo Supremo Tribunal Federal, diante de qualquer denúncia formalizada pelo Ministério Público.